



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Competitividade e Política Regulatória
Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade
Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (GIPI) REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2025, ÀS 10:00, EM AMBIENTE HÍBRIDO (PRESENCIAL / VIRTUAL).

Pauta

1. Abertura da Reunião
2. Atualização do monitoramento do Plano de Ação 2023-2025
3. Apresentação das atividades do Grupo Técnico de PI e Sustentabilidade
4. Apresentação das atividades do Grupo Técnico de PI, Inovação, Indústria e Educação
5. Atualizações do MEC sobre o Programa Universidades Inovadoras e Sustentáveis
6. Pontos para deliberação em plenário
 - a. Resolução para aprovação do Plano de Ação 2025-2027 da ENPI
 - b. Continuidade do Grupo Técnico de PI e Sustentabilidade

Ata

1. Abertura da Reunião - Secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC.

Abertura da 1ª Reunião Ordinária de 2025 pela Presidente do GIPI e Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Pereira Macera, dando as boas-vindas aos membros do Grupo e aos demais presentes, autoridades e representantes das instituições da sociedade civil.

A Secretária informou que o principal objetivo da reunião seria a deliberação para aprovação do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) para o período de agosto de 2025 a julho de 2027.

2. Atualização do monitoramento do Plano de Ação 2023-2025

A Secretária relatou o desempenho dos indicadores de metas da ENPI, publicados no último relatório "*World Intellectual Property Indicators*" da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI): (i) depósito de Marcas - a posição do Brasil avançou da décima posição em 2021 para sexta posição em 2023; (ii) depósito de Patentes -

foi mantida a 11ª posição entre 2021 e 2023; (iii) depósitos de Desenhos Industriais - regrediu da 17ª posição, em 2021, para a 18ª posição, em 2023; e (iv) depósito de Cultivares - o Brasil permaneceu na 12ª posição no período 2021-2023.

Complementou o levantamento com os dados monitorados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI): (i) a contribuição das indústrias intensivas em propriedade intelectual (PI) para o valor agregado do PIB cresceu para 50,2% sobre o PIB, em 2020, em comparação a 44,5% no período de 2011 e 2013; e (ii) o tempo médio para exame de patentes foi reduzido de 6,9 anos, em 2022, para 4,3 anos atualmente.

Em relação à execução das iniciativas previstas, a Secretária apontou que até a data de maio constavam 96 (noventa e seis) Entregas realizadas do Plano de Ação 2023-2025 da ENPI. Observou que parte das Entregas do atual ciclo deve ser concluída pelos parceiros responsáveis até o respectivo encerramento, i.e., em 31 de julho de 2025; e que, ao final da apuração, as Entregas demandantes de maior prazo serão integradas e continuadas no próximo Plano de Ação 2025-2027.

Entre as Entregas finalizadas, destacou o impacto da disseminação de conteúdo sobre PI para regiões localizadas fora dos grandes centros urbanos; a capacitação de pesquisadores e empresas exportadoras para proteção da propriedade intelectual; a produção de conteúdo para o ensino da propriedade intelectual nos diferentes níveis escolares; e o lançamento da plataforma digital de controle e rastreabilidade de indicações geográficas para o café - a ser expandida para os segmentos de queijos e de mel no próximo ano.

3. Apresentação das atividades do Grupo Técnico de PI e Sustentabilidade

O Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual do MDIC, Miguel de Carvalho, informou que o Grupo Técnico (GT) foi organizado com o objetivo de entregar três produtos, baseadas na perspectiva da PI, para apoiar políticas públicas de meio ambiente, mudanças climáticas e bioeconomia.

O primeiro destinou-se a construir subsídios técnicos para adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste da OMPI, que permite o depósito no país de material biológico exigido em patentes que envolvam microrganismos vivos. O Decreto Legislativo n. 174/2025, que formaliza a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste, foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho último.

A segunda Entrega relaciona-se à regulamentação e internalização do Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, que está em processo de ser encaminhado para o Congresso Nacional.

A terceira Entrega do Grupo Técnico trata-se de uma edição especial da Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), com artigos voltados para temas de PI e sustentabilidade, a ser publicada no segundo semestre. Planeja-se ainda realizar um evento baseado no conteúdo dessa edição da Revista da ABPI, com a intenção de gerar contribuições para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

Para proceder com a execução do evento no próximo semestre, a Secretaria-Executiva propôs ao GIPI a edição de nova Resolução com a extensão da vigência do referido Grupo Técnico de julho para dezembro de 2025, conforme ponto de deliberação previsto no item 6 da pauta.

4. Apresentação das atividades do Grupo Técnico de PI, Inovação, Indústria e Educação

O Coordenador-Geral apontou que o objetivo do Grupo Técnico foi articular iniciativas existentes no âmbito dos participantes do Governo para, principalmente, estimular a capacitação e promover parcerias entre Núcleos de Inovação Tecnológica (NITS) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTS) junto a empresas, em temas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, além de ampliar atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na indústria brasileira.

Foram realizadas as seguintes Entregas: (i) mapeamento de projetos em curso em cada um dos membros do GT - MDIC, Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e INPI; (ii) desenho da jornada de inovação para integração de projetos dos órgãos do Governo; (iii) evento com participação de especialistas estrangeiros sobre práticas internacionais em transferência de tecnologia (intitulado IP TALKS); (iv) eventos com reitorias das Universidades sobre PI e transferência de tecnologia; (v) diálogos técnicos entre o INPI e os Ministérios da Educação e da Saúde para o desenvolvimento de trilhas de aprendizagem em PI; (vi) compartilhamento do diagnóstico dos NITS das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); e (vii) Acordo de Cooperação Técnica (ACT), negociado entre o MEC, MDIC, MCTI, Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Advocacia-Geral da União (AGU), para desenvolvimento do Programa Universidades Inovadoras e Sustentáveis - conforme apresentação pelo MEC na sequência.

A expectativa é que os membros do Governo mantenham as atividades de integração no escopo do ACT, mesmo com o término da vigência do Grupo Técnico em julho de 2025, para dar continuidade às atividades de integração de projetos e iniciativas em inovação, indústria e educação.

5. Atualizações do MEC sobre o Programa Universidades Inovadoras e Sustentáveis

A Coordenadora-Geral de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação da Secretaria de Educação Superior do MEC, Mariana Ramos, apresentou o Programa Universidades Inovadoras, Sustentáveis, seus objetivos, entidades parceiras e as principais ações no escopo do ACT: (i) Projeto Acelera NIT Brasil; (ii) Programa NIT Brasil; (iii) Qualificação dos Procuradores; e (iv) Projeto Conexão Academia com Desenvolvimento Nacional.

A Coordenadora do Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (COPROPI), Priscila de Faria, expôs o diagnóstico dos NITS pesquisado junto a 63 (sessenta e três) universidades federais, destacando a heterogeneidade em recursos humanos, orçamento e infraestrutura entre esses setores de inovação nas instituições, elementos considerados no desenho dos projetos abarcados pelo citado ACT.

O representante do MCTI ressaltou a importância da articulação institucional no âmbito do GIPI com o intuito de apresentar projetos robustos ao FNDCT para a agenda de fortalecimento dos NITs, que fazem a gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia das ICTs. Para tanto, será importante que os participantes do GT de PI, Inovação, Indústria e Educação mantenham os diálogos para construção de iniciativas conjuntas de maior impacto.

6. Pontos para deliberação em plenário

a. Resolução para aprovação do Plano de Ação 2025-2027 da ENPI

Juliana Ghizzi Pires, Diretora de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade e Secretária-Executiva do GIPI, agradeceu a colaboração de todos os parceiros do GIPI no processo de construção da minuta do novo Plano, assim como aos

participantes da sociedade civil que responderam à Tomada Pública de Subsídios. Esclareceu que o quadro das entregas e ações priorizadas no Plano de Ação proposto para o biênio 2025-2027 retrata o alinhamento com o plano plurianual (PPA 2024-2027) e também com as missões da Nova Indústria Brasil, considerando que propriedade intelectual é uma das ferramentas da política industrial.

Informou ainda que foram recebidas 246 (duzentos e quarenta e seis) contribuições ao todo na Tomada Pública de Subsídios, e que 129 (cento e vinte e nove) delas foram contempladas total ou parcialmente na proposta do Plano de Ação .

O Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual, Miguel de Carvalho, comunicou a inclusão de três entregas à minuta de Resolução circulada anteriormente para apreciação dos membros do GIPI:

I - Entrega do MMA para "implementação de mecanismo de consulta aprovado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio genético, que institua lista de provedores identificados de conhecimentos tradicionais associados";

II - Entrega do Instituto de Propriedade Intelectual da Amazônia (IPIAM) para "capacitação em propriedade intelectual por meio de uma metodologia de trilha invertida, voltada para o desenvolvimento de competências em invenção, inovação e proteção de ativos intangíveis"; e

III - Entrega do Instituto de Propriedade Intelectual da Amazônia (IPIAM) para "desenvolvimento e aplicação de metodologia de estruturação de ativos de propriedade intelectual para que empresas e startups organizem seu portfólio intangível de forma qualificada, para futura obtenção de crédito com base em ativos de PI".

Ademais, a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM) solicitou ajuste de redação em uma Entrega de sua responsabilidade e uma readequação da Ação a qual a Entrega estava vinculada.

A minuta de Resolução do Plano de Ação 2025-2027 foi colocada em deliberação pela Secretária Andréa Macera, com os aditivos apresentados, e foi aprovada pelo plenário do GIPI, com abstenção registrada do Ministério da Cultura.

A representante do Ministério da Cultura solicitou ainda que fossem excluídas ações que faziam referência à matérias de direitos autorais, porém foi esclarecido pela Secretária-Executiva do GIPI, que tais ações não haviam sido incluídas na versão da minuta de Resolução GIPI enviada para deliberação.

b. Continuidade do Grupo Técnico de PI e Sustentabilidade

A Secretária-Executiva do GIPI ratificou a demanda por maior tempo para conclusão na íntegra das Entregas do referido Grupo Técnico, com proposta de extensão do prazo de vigência de julho para dezembro de 2025, nos termos da minuta de Resolução circulada entre os membros do GIPI.

A proposta de ampliação da vigência do Grupo Técnico de PI e Sustentabilidade foi colocada em deliberação pela Secretária Andréa Macera, e foi aprovada de forma unânime pelos membros do GIPI.

7. Informes Gerais

O Coordenador-Geral de Propriedade Intelectual, Miguel de Carvalho, reiterou o

pedido de informação dos números de telefone dos representantes que atenderam à Reunião, com a finalidade de inclusão em grupos de WhatsApp destinados à circulação de informações.

Gustavo Moraes, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), sugeriu que sejam realizadas em conjunto as execuções das Entregas relacionadas a treinamento na área de de patentes, pedidos de patentes e requisitos de patenteabilidade para examinadores do INPI, previstas de forma separada por quatro entidades da sociedade civil - quais sejam: ABIFINA, FARMABRASIL, INTERFARMA e CROPLIFE; ou, caso sejam feitos separados, que sejam em um período de tempo mais comprimido. Ana Claudia Oliveira, representante da ABIFINA, manifestou por meio do chat da reunião que estaria de acordo com a proposta da ABPI. O MDIC informou que se tentou aglutinar as entregas referentes a atividades de treinamento para examinadores do INPI, porém, por questões de gestão de cada entidade, não foi possível. Gabriel Leonardos, também representando a ABPI, solicitou o registro em ata da manifestação da entidade e informou que por parte da ABPI não haveria problema em realizar treinamento conjunto com outras instituições, porém respeita o posicionamento daquelas que preferem fazer de forma separada. Assim sendo, sugeriu que o INPI agende os treinamentos de forma que melhor convier ao órgão. Tânia Lopes Ribeiro, Diretora Executiva do INPI, afirmou que não há dificuldade para o INPI realizar o agendamento dos treinamentos diretamente com as entidades e dispôs o Instituto para apoiar a organização e montagem de um cronograma para realização das atividades de treinamento propostas pelas entidades.

8. Encerramento

A Presidente do GIPI, Secretária Andrea Macera, agradeceu novamente a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Anexos

- 1. Lista de Presença;
- 2. Apresentação Secretaria-Executiva do GIPI;
- 3. Apresentação Ministério da Educação.

JULIANA GHIZZI PIRES

Secretária-Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

-----X-----

ANEXO 1 – LISTA DE PRESENÇA

MEMBROS DO GIPI

Nome Completo	Órgão/Instituição
Andrea Pereira Macera	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Juliana Ghizzi Pires	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Amanda Raposo Marques	Ministério das Comunicações

Hideraldo Luiz de Almeida	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Letícia Piancastelli Siqueira Brina	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Natalia Barbosa Goncalves Sampaio	Ministério da Cultura
Nelson de Andrade Junior	Ministério da Agricultura e Pecuária
Rafael Aquino dos Santos	Ministério da Defesa
Frederico Moesch	Ministério da Saúde

DEMAIS PARTICIPANTES

Nome Completo	Órgão/Instituição
Adriana Cima	n.i.
Adriana Diaféria	GFB
Adriana Diaféria Marwell	Grupo FarmaBrasil
Alexander Schek	INTA
Alexander Schek	INTA
Alexandre Martins Angoti	MF
Ana Carolina Orlandi	MS
Ana Claudia Dias de Oliveira	Abifina e Progenéricos
Andréa Gomes Stelet	MDIC
Andressa Pappas	MPA
ANTONIO CORREA DOS SANTOS NETO	INPI
Bernardo Moraes	Pró-Música
Caroline Somesom Tauk	Judiciário - Escola de Formação
Celino Bento de Souza	n.i.
Cláudio Picanço	INPI
Daniel Adensohn de Souza	ASPI
Daniel Avraham	IPIAM
Edilson Pedro	MCTI
Eduarda Negri	ABAPI
Elisabeth Siemsen do Amaral	INTA
Emanuela Marcelina Dias da Silva	Softex
Evelyn Roboredo Almeida	ABPI
FABRÍCIO SANTANA SANTOS	MAPA
Felipe Chiattonne Alves	Interfarma
Felipe Mangini	MDIC
Felipe Senna	MPA - Motion Picture Association
Fernando de Rezende Francisco	ABRACRO
Fernando Marcussi	ALANAC
Gabriel Leonardos	ABPI
Guilherme Toshihiro Takeishi	GRUPO FARMABRASIL
Gustavo de Freitas Moraes	ABPI

Henrique Tada	ALANAC
Henry Pfeiffer Lopes	MRE
Humberto Santos	CADE
IGOR SECUNDO DIAS BERNARDES	CAPES/MEC
Isabella Cançado	Camara-e.net
Israel Guratti	ABINEE
Janaína da Silva Stein	CNI
João Pedro Valentim Bastos	Grupo Farmabrazil
Júlio César Piffero de Siqueira	CAPES
Kaike Silveira	Amcham
Karina Lesch	Interfarma
Leonardo M Barros	SICAV
Letícia Medina	n.i.
Leticia Vasconcelos Medina	CropLife Brasil
Louis Lozouet	ICC Brasil
Lucas Fernandes Aguiar	n.i.
Lucas Oliveira Tibau	ICC Brasil
Lucas Oliveira Tibau	n.i.
Luiza Ribeiro	ABBI
Marcelo Gomes Speziali	FORTEC
Maria Alice Braga	Amcham
Mariana Gaete	MEC
Marília Galvão Borges Mendonça	CAPES
Marina Jurado Vicente	Capes
Michele Sedrez	INPI
Miguel Campo Dall Orto Emery de Carvalho	MDIC
Natalia Semeria Ruschel	MDIC
Nathalia Mazzonetto	INTA
Patrícia Fernandes de Carvalho	CNI
Pablo Meneghel	PróGenérico
Pablo Rebello	MDIC
Pedro Burlandy	INPI
Priscila de Faria	COPROPI
Priscila de Faria Pinto	COPROPI-ANDIFES
Rachel Keller	Abracro
Regis Arslanian	ABINEE
Ricardo Lobato Torres	ABEIN
Ricardo Medeiros de Castro	CADE
Rodrigo Britto Vianna de Albergaria	MMA
Samantha Cunha	CNI
Sammy Aquino Pereira	Arranjo AMOCI - MCTI
Sebastian Gomez Fiedler	INTA
Stênio Moraes Gonçalves	MDIC
Tania Ribeiro	INPI
Tawany Marques de Amorim Alves	Grupo FarmaBrasil
Thais Scoralich de Carvalho	INPI
Tiago dos Santos Pereira	CNA

Vivianne Cardoso Banasiak

MDIC

Yohanna Maressa Alves Borges

MS



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ghizzi Pires, Diretor(a)**, em 15/07/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51872968** e o código CRC **930BD4A2**.

Referência: Processo nº 52315.101034/2023-75

SEI nº 51872968